

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República ▪ Controladoria-Geral da União ▪ Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

Exercício: 2011

Processo: 00190.014520/2012-51

Município - UF: Brasília - DF

Relatório: 201203928

UCI Executora: SFC/DEFAZ - Coordenação-Geral de Auditoria da Área Fazendária

Análise Gerencial

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço 201203928, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela Empresa Gestora de Ativos (EMGEA).

1. Introdução

Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 03/05/2012 a 06/09/2012, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2. Resultados dos trabalhos

Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-117/2011, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

Verificamos na Prestação de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-108/2010 e 117/2011.

Ademais, em razão de não constarem do Relatório de Gestão por não se aplicarem à natureza jurídica da empresa, cabe destacar que não constituem objeto desta auditoria os seguintes itens da Portaria TCU 123/2011:

- a) item 3 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- b) item 4 - Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores;
- c) item 6 – Instrumentos de transferências vigentes no exercício;

- d) item 7 - Declaração atestando que as informações contidas no SIASG e no SICONV estão atualizadas;
- e) item 11 - Informações sobre a gestão de bens imóveis de uso especial;
- f) item 13 - Cartões de Pagamento do Governo Federal; e
- g) item 14 - Renúncias Tributárias.

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) empresa pública, de natureza não financeira, criada pelo Decreto 3.848, de 26/06/2001, com base na autorização contida na Medida Provisória 2.155, de 22/06/2001 – atual MP 2.196-3, de 24/11/2001, tem por objetivo a aquisição de bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal.

Em sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de cerca de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do antigo Sistema Financeiro de Habitação. Desde então, a EMGEA tem atuado para assegurar solidez na retomada do fluxo financeiro da carteira de contratos. No decorrer desse período, as ações da empresa orientaram-se, inicialmente, por ratificar e dar continuidade aos programas já praticados pela CAIXA. Ao final de 2011, estavam registrados nos sistemas operacionais cerca de 370 mil contratos de financiamento, redução equivalente a 66,90% da carteira existente em 2001.

A EMGEA não possui programas de governo finalísticos fixados no Orçamento Geral da União (OGU), mas somente programas que se referem aos investimentos das empresas estatais.

Nesse contexto, a empresa executa ações padronizadas do Programa de Investimento 0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra - Estrutura de Apoio, classificado como Programa de Apoio às Políticas Públicas. O objetivo do Programa é dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional. O referido Programa desdobra-se em três ações executadas pela EMGEA em 2011, cujas finalidades são transcritas a seguir.

Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis: realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários;

Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos: realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários; e

Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento: realizar despesas com manutenção, adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Para essas Ações, foram estabelecidas dotações orçamentárias para sua execução, sem a definição de metas físicas, em razão de sua natureza e pluralidade de elementos.

Por outro lado, a EMGEA realiza suas atividades por meio de um processo de trabalho que define Programas e Ações internos prioritários como forma de gestão, que buscam o alcance de objetivos estratégicos predefinidos para o sucesso de sua missão.

Para o exercício de 2011, a empresa definiu os seguintes objetivos estratégicos:

- Necessidade financeira equacionada: arrecadar recursos suficientes à cobertura das obrigações da Empresa estimadas em R\$ 3.000,00 milhões;
- Metas fiscais mantidas: aprimorar a metodologia de apuração do Resultado Primário da Empresa, aumentar as receitas primárias, reduzir as despesas primárias;
- Imagem da Empresa divulgada e consolidada: divulgar números, ações e posicionamento da Empresa, fomentar a utilização do canal eletrônico- Portal Emgea, consolidar relacionamentos com o Poder Judiciário, consolidar estratégia de padronização de contrato com a marca da Empresa;
- Processos internos aprimorados: estruturar o Sistema Normativo da EMGEA, definir e elaborar modelo para o monitoramento do ambiente regulatório;
- Processo das alçadas administrativas aprimorado: implantar o regime de “Delegação de Alçadas Decisórias”;
- Conhecimento preservado da Empresa: transformar o conhecimento tácito em conhecimento explícito;
- Competências desenvolvidas - PDC implementado: consolidar as competências prioritárias (técnicas específicas) gerais e as de suporte, realinhar a realização do investimento em capacitação entre as áreas de negócio e controladoria da Empresa, realizar eventos de capacitação, mensurar o desenvolvimento individual, acompanhar a execução do orçamento relativo ao PDC;
- Bom ambiente de trabalho preservado: implementar projetos e ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho- PQVT.

A fim de atendê-los, foram priorizados para esse exercício os Programas abaixo relacionados. Para cada Programa foram definidas ações e metas que serão tratadas posteriormente neste relatório em nossa avaliação dos resultados.

1. Gerenciamento de Créditos Imobiliários de Contratos com Pessoa Física;
2. Realização dos Créditos da Emgea contra o FCVS;
3. Gerenciamento dos Imóveis não de Uso;
4. Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas;
5. Gerenciamento das Dívidas de Longo Prazo;
6. Redução das Despesas com Pagamento de Tarifa de Administração;

O detalhamento desses Programas e respectivas Ações constam do Relatório de Gestão da Empresa, parte constante do Processo de Prestação de Contas.

A análise dos resultados das ações da EMGEA para o exercício de 2011 consistiu em efetuar avaliação dos resultados da gestão no que tange à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas planejados.

Definiu-se como escopo a avaliação do Programa 0807 e respectivas ações, o grau de atingimento dos objetivos estratégicos e o nível de execução dos programas priorizados, efetuando uma análise qualitativa de dados.

Para avaliação dos resultados, apresenta-se a análise em duas etapas. Em um primeiro momento, a avaliação da execução do Programa de Investimento 0807 e do atendimento dos objetivos estratégicos propostos. Posteriormente, a avaliação da execução das metas estabelecidas para os programas priorizados para 2011.

O desempenho da EMGEA na execução do orçamento de investimento configurou-se da seguinte forma:

Ação	Previsão	Execução	%	Atos e fatos que prejudicaram desempenho
4101-Manutenção de bens móveis	69.458,00	0	0,00%	Ausência de demanda de gastos para imóveis de terceiros.
4102- Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	332.979,00	129.720,00	38,96%	Adesão à ata de registro de preços gerou diminuição de gastos para o exercício.
4103- Manutenção e adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	814.000,00	703.179,00	86,39%	
Total	1.216.437,00	832.899,00	68,47%	

Valores em R\$ 1,00

Pode-se observar pelo quadro acima uma execução abaixo de 80% para as ações 4101 e 4102. Esse nível de execução deveu-se, principalmente, a ausência de demanda de gastos com manutenção de bens imóveis de terceiros, e a adesão à ata de registro de preços para aquisição de mobiliários e pela aquisição de bens em quantidades inferiores às esperadas, o que representou diminuição nos gastos para o exercício.

Os motivos apresentados pela EMGEA para justificar a execução do orçamento de investimento são razoáveis e compatíveis com as variações associadas à gestão, não sendo identificados riscos que comprometam as ações da empresa.

Avaliação dos resultados dos indicadores do objetivo estratégico

No tocante ao atendimento dos objetivos estratégicos, apresenta-se o quadro abaixo com a realização das metas para cada um.

Objetivo Estratégico	Indicador	Finalidade	Refer.	Meta	Execução	Comentários
Necessidade Financeira Equacionada	A1- Resultado Financeiro Global	Medir o atendimento da necessidade financeira da Empresa	Quanto menor, melhor.	0,77	0,74	
	A2- Resultado financeiro operacional	Medir o atendimento da necessidade financeira da Empresa a partir dos ingressos operacionais	Quanto menor, melhor.	1,78	1,69	
	A3- Realização do Desembolso Previsto	Acompanhar o comportamento dos desembolsos da Empresa	Quanto menor, melhor.	R\$ 2.814,36 milhões	R\$ 2.761,67 milhões	
	A4- Realização da Arrecadação Prevista	Medir o desempenho da arrecadação de ingressos operacionais da Empresa.	Quanto maior, melhor.	R\$ 3.180,86 milhões	R\$ 3.161,89 milhões	Ingressos operacionais, acrescidos dos recursos das novações de dívidas do FCVS, ficaram próximos aos previstos com variação negativa de 0,59%.
Metas fiscais Mantidas	B1- Resultado Primário Realizado no período	Demonstrar e acompanhar a realização de resultado primário da Empresa.	Quanto maior, melhor.	(R\$ 492,56 milhões)	(R\$288,55 milhões)	O déficit primário no exercício de R\$ 288,55 milhões, pelo critério “abaixo da linha”, que considera os efeitos das despesas econômicas, levou em conta os efeitos da reversão das provisões relativas aos contratos habitacionais liquidados e reestruturados, conforme discussões havidas com o BACEN, perfazendo realização de 41,42% abaixo do previsto para o ano.
	B2- Realização de Receitas Econômicas	Demonstrar e acompanhar a realização das receitas projetadas.	Quanto maior, melhor.	R\$ 3.773,48 milhões	R\$ 4.580,69 milhões	
	B3- Realização de despesas econômicas	Demonstrar e acompanhar a realização das despesas projetadas.	Quanto menor, melhor.	R\$ 3.238,86 milhões	R\$ 3.264,10 milhões	
Imagem da Empresa divulgada e consolidada	C1- Eventos cobertos com divulgação institucional	Quantificar os eventos cobertos com divulgação institucional.	Quanto maior, melhor.	22	31	
Processos de	E2-Percentual	Acompanhar as ações	Quanto	100%	100%	

controle interno aprimorados	de Cumprimento da Estratégia “Definir e elaborar modelo para monitorar o ambiente regulatório”.	para definição e elaboração do monitoramento do ambiente regulatório.	maior, melhor.			
	E3- Percentual de cumprimento da estratégia “Estruturar o Sistema Normativo da EMGEA”.	Acompanhar as ações para a estruturação do Sistema Normativo da EMGEA.	Quanto maior, melhor.	100%	100%	
Processo das Alçadas Administrativas Aprimorados	F1- Percentual de cumprimento da estratégia “Implantar o Regime de Delegação de Alçadas Decisória”.	Acompanhar as ações para implantar o Regime de Alçadas.	Quanto maior, melhor.	100%	50%	A EMGEA alegou que a meta não foi atingida, porém o objetivo estratégico foi mantido para atingimento em 2012.
Conhecimento Preservado da Empresa	H1- Política de Gestão do Conhecimento Instituída.	Realização das ações-PGC.	Quanto maior, melhor.	100%	133%	
Bom Ambiente de Trabalho Preservado	I1- Cobertura do PQVT	Acompanhar o quantitativo implantado de ações e projetos previstos no PQVT.	Quanto maior, melhor.	12	14	
Competências Desenvolvidas- PDC Implementado	J1- Desenvolvimento de competências específicas e gerais	Mensurar o desenvolvimento de competências específicas e gerais.	Quanto maior, melhor.	0,40	0,45	
	J2- Realização orçamentária	Percentual de orçamento executado.	Quanto maior, melhor.	100%	93%	

Fonte: Relatório de Gestão 2012.

Percebe-se que as ações que se encontram com execução abaixo de 100% fazem parte de um processo normal de gestão, no qual os passos seguem os trâmites devidos dentro de uma organização.

Desta forma, conclui-se que os resultados apresentados pela EMGEA foram satisfatórios, e a empresa demonstra atitudes que visam ao atingimento das metas propostas. Pode-se observar que alguns atos de gestão foram eficazes, com resultados superiores às metas planejadas. Considera-se que o não atingimento de algumas das metas planejadas deve-se a variáveis inerentes à estratégia de negócios, e complexidade de temas.

Avaliação dos resultados das ações dos programas priorizados para 2011

Com relação ao alcance dos objetivos estratégicos e o aprimoramento da gestão dos seus negócios, a Empresa promoveu redefinição e reagrupamento das ações vinculadas aos programas definidos em exercícios anteriores. Para esses programas não cabe atribuir códigos

na forma da Lei 11.653/2008, que aprovou o PPA para o período 2008/2011, pois não se enquadram no que dispõe a referida legislação. Os programas definidos foram:

1. Gerenciamento de Créditos Imobiliários de Contratos com Pessoas Físicas;
2. Realização dos Créditos da EMGEA contra o FCVS;
3. Gerenciamento dos Imóveis não de Uso;
4. Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas;
5. Gerenciamento das Dívidas de Longo Prazo; e
6. Gerenciamento dos Serviços Prestados pela Caixa Econômica Federal.

Esses programas e suas ações com as respectivas metas e execuções analisadas encontram-se no quadro abaixo:

Programa	Ação	Meta	Executado	%	Comentário
1	Arrecadação da carteira de crédito imobiliário Pessoa Física.	R\$ 1150,00 milhões	R\$ 1.237,90 milhões.	115%	
	Recuperação e arrecadação de valores do conjunto de contratos inadimplentes.	R\$ 410,00 milhões	R\$ 510,33 milhões	127%	
	Contratos sub judice	-	Redução em 11.000 unidades os contratos sub judice		A quantidade de contratos sub judice foi reduzida em 14,89% de 2010 para 2011. Entretanto a EMGEA não estabeleceu meta para a Ação.
2	Novação de Dívidas do FCVS, pela União.	R\$ 1.600,00 milhões.	R\$ 1.309,97 milhões.	81,87%	
	Habilitação de créditos contra o FCVS.	R\$ 822 milhões	R\$ 331,76 milhões	40,36%	
	Reversão negativa de cobertura de FCVS.	R\$ 232 milhões.	R\$ 133,79 milhões.	57,67%	
	Validação de créditos homologados pelo FCVS.	R\$ 902 milhões.	R\$ 452,66 milhões.	50,18%	
	Formalização de processos de novação de créditos perante o	-	R\$ 10,61 milhões	-	Esse valor foi acrescido ao montante de R\$ 513,80 milhões de

	FCVS.				créditos em processo de novação que estão submetidos à aprovação dos órgãos responsáveis pela novação.
	Recolhimento das contribuições mensais devidas ao FCVS pelos mutuários da EMGEA.	-	R\$ 2.592.793,80 milhões	-	As contribuições foram 21,02% inferiores as de 2010 em função da diminuição de contratos de crédito que contam com a cobertura do FCVS.
3	Alienar imóveis não de uso.	R\$ 150 milhões	R\$ 191,57 milhões	127%	
4	Priorizar negócios viáveis com grandes devedoras, com perspectivas de negociação.	R\$ 150 milhões	R\$ 97,17 milhões	64,78%	A Empresa alega que o não atingimento foi em função da não concretização de negociações que dependiam unicamente de decisão judicial.
	Negociar as operações vinculadas às empresas Liquidandas e Repassadoras.	-	-	-	A EMGEA alega que por se tratar de assunto de alta complexidade permanece em discussão com a área jurídica da Empresa.
	Desenvolver projeto objetivando a alienação de unidades habitacionais e comerciais vinculadas como garantia hipotecária, situadas no Estado do Rio de Janeiro.	-	-	-	A Empresa alega não ter resultados e pretende intensificar ações no exercício de 2012.
	Operações vinculadas ao Setor Público-Arrecadação de recursos oriundos da carteira de financiamento a entes da Federação.	108 milhões	110,84 milhões	102,64%	
	Operações vinculadas ao Setor Público-Negociação de	87 milhões	41,95 milhões	48,22%	Esse é o ingresso em 2011, no entanto o valor total do acordo foi de 88,27 milhões

	créditos originários de contrato com cláusula <i>pro solvendo</i> .				com previsão de pagamento em até 5 anos.
	Operações do Setor Público- Qualificações de carteiras imobiliárias adquiridas.	-	-	-	Planos de trabalho para 8 carteiras representaram a diminuição de R\$ 87 milhões em obrigações <i>pro solvendo</i> .
5	Administrar dívidas de longo prazo.	-	RS 2.331,81 milhões	-	Os pagamentos realizados reduziram as dívidas em 12,24%.
6	Gerenciar os Pagamentos de Remunerações devidas à Caixa.	-	R\$ 224,21 milhões	-	Comparando ao ano anterior houve diminuição de contratos remunerados e da arrecadação em 8,48%.
	Processamento especial para baixa operacional e contábil da dívida de contratos de valores pendentes.	-	R\$ 941,82 mil	-	Foram baixados 1821 contratos.

Fonte: Relatório de Gestão 2012.

Os Programas 1, 2 e 3 tiveram execução condizente com as metas planejadas. Em relação ao Programa 4 a maioria das ações está relacionada a um processo contínuo de negociação, o que, considera-se uma variável significativa na explicação para a execução de algumas ações em valores abaixo das metas propostas e para a postergação de outras. Outra variável identificada por não realização das metas é a estratégia de negociação, variável pertencente a qualquer processo de gestão.

Observa-se também que em virtude de característica própria de algumas ações, estas não possibilitam a implementação de metas, por se tratarem de procedimentos que pertencem a um processo contínuo de gestão. É o caso de ações dos Programas 5 e 6 que, muito embora sem metas definidas, tiveram ações efetivadas.

Considera-se que os motivos apresentados para não realização ou realização parcial de algumas metas foram razoáveis e atinentes ao processo de gestão.

Desta forma, identificadas as variáveis que tiveram influência nos resultados apresentados, permite-se concluir que os resultados foram satisfatórios e contribuíram para o grau de atingimento dos objetivos estratégicos. Embora algumas ações não tenham atingido as metas estabelecidas, houve comprometimento da EMGEA em buscar os resultados esperados, o que demonstra evolução na gestão da empresa a fim de cumprir a finalidade para a qual foi criada.

2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Da análise dos indicadores da empresa concluímos que os Indicadores de Desempenho Empresarial, apresentados no Relatório de Gestão estão adequados, servindo como instrumento auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial.

Verificou-se que os indicadores utilizados pela EMGEA são satisfatórios, por apresentarem:

- As qualidades desejáveis, quais sejam: representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade, estabilidade, confiabilidade e seletividade;
- Uniformidade, isto é, os dados são informados seguindo-se os mesmos parâmetros de unidade e tempo;
- Facilidade de obtenção, construção, manutenção, comunicação e entendimento.

2.4 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

O escopo do trabalho abrangeu a avaliação da gestão de recursos humanos, que teve como objetivos identificar a força de trabalho existente, e avaliar a conformidade dos atos de remuneração, cessão e requisição de pessoal, em face da legislação vigente.

A EMGEA não possui quadro de pessoal próprio e as funções comissionadas são ocupadas, em sua maior parte, por empregados originários da Administração Pública Federal.

Foi aprovado em 2008 pelo Ministério da Fazenda a estrutura da empresa com dotação para 115 colaboradores em seu quadro, sendo 102 com funções comissionadas.

Função	Quantidade em 31/12/2011 (A)	Quantidade aprovada pelo DEST e Ministério da Fazenda (B)	(B-A)
Diretor-Presidente	01 (*)		
Diretor-Executivo	04 (*)		
Chefe de Gabinete da Presidência	01	01	
Assessor Especial da Presidência	02	02	0
Assessor da Presidência	02	02	0
Assessor de Comunicação Social	01	01	0
Chefe de Auditoria Interna	01	01	0
Auditor	03	03	0
Chefe da Consultoria Jurídica	01	01	0
Chefe de Contabilidade	01	01	0
Superintendente-Executivo	07	08	1
Gerente-Executivo	20	22	2
Assessor-Sênior	27	29	2
Assessor	29	31	2
Técnico (requisitado sem FC)	04	08	4
Total	104	115	11

Do quantitativo de funções comissionadas da EMGEA, 32 são referentes a requisições de Órgãos e Entidades da Administração Pública, que representa 30,76% do quantitativo de empregados da Empresa.

Órgão/Entidade	Quantitativo
Caixa Econômica Federal – CAIXA	23
Banco do Brasil	04
Secretaria do Tesouro Nacional	01
Controladoria Geral da União	01
Governo do Distrito Federal	01
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	01
Instituto Nacional do Seguro Social	01
Total	32

Durante o exercício de 2011 foram admitidos 14 empregados e 10 foram desligados.

Além disso, verificou-se que a auditoria interna analisou os pagamentos realizados ao pessoal comissionado da empresa, dirigentes e conselheiros referentes aos meses de maio a outubro de 2011, com o seguinte escopo:

- a) Valores das comissões pagas;
- b) Lançamentos das diárias na folha de pagamento;
- c) Diferenças salariais e benefícios;
- d) Valores pagos a título de substituição de função;
- e) Valores das gratificações natalinas; remuneração da diretoria e dos conselheiros da Empresa.

No que se refere às comissões pagas, a auditoria interna constatou a existência de pagamentos de valores diferentes para a mesma função comissionada de poucos centavos que indicava possível interferência manual na inserção dos valores das funções dos colaboradores. A Empresa se manifestou expressando que fará parametrização no Sistema RM Labore para vincular os salários às funções, o que evitaria qualquer interferência manual. A auditoria interna informou também que ficará no aguardo da conclusão da parametrização do sistema.

Em relação ao pagamento de férias, foi identificado pela auditoria interna que o valor da função sofreu alteração por lançar a remuneração da função de superintendente-executivo já com o desconto do adiantamento de férias, tendo sido recomendado à Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística (SUPEL) estudar a possibilidade de o Sistema RM passar a registrar o valor cheio de cada função comissionada, lançando-se a rubrica de desconto para se obter o valor líquido da remuneração do colaborador.

Considerando o escopo do trabalho, observado as falhas detectadas pela auditoria interna, verificou-se que, em geral, a gestão de recursos humanos da entidade está satisfatória.

2.5 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Esta equipe selecionou a área de Gestão da Carteira de Imóveis para analisar os procedimentos de controle utilizados pela EMGEA. Verificou-se que a auditoria interna da EMGEA, durante o exercício de 2011, realizou seis trabalhos no processo de Gestão da Carteira de Imóveis que é operacionalizada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). Os trabalhos têm como objetivo verificar junto às Regionais de Sustentação ao Negócio Alienar

Bens Móveis e Imóveis da CAIXA o cumprimento do contrato de prestação de serviço com aquela instituição financeira.

O referido trabalho tem como escopo avaliar a situação dos imóveis não de uso, no que tange ao valor de avaliação dos imóveis, status dos imóveis, realização de vistoria, registro da carta de arrematação, dentre outros e o cumprimento das cláusulas contratuais.

Durante o exercício de 2011, foram efetuadas 45 recomendações à Superintendência de Operações com Pessoas Físicas (SUPEF) que é a unidade responsável por gerir e recuperar os créditos imobiliários da EMGEA contra pessoas físicas. As recomendações que tratam do aperfeiçoamento de controle interno e melhorias no processo de Gestão da Carteira de imóveis estão listadas abaixo:

[...]

- Recomendamos à SUPEF que oriente à CAIXA a criar mecanismos de controle que evitem a existência de imóveis no SIMOV com informações faltantes.
- Recomendamos à SUPEF que monitore junto à CAIXA a regularização das situações apontadas e que a oriente a criar mecanismos de controle que evitem falhas no cadastramento de dados no SIMOV e no GCE
- Recomendamos à SUPEF que exija da CAIXA as devidas justificativas para os casos de imóveis com desvalorização, de modo que evite a venda de imóveis por valores inferiores aos que poderiam ser alcançados.
- Recomendamos à SUPEF que oriente a CAIXA quanto ao critério a ser adotado para cadastramento das áreas dos imóveis não averbados e para as áreas das vagas de estacionamento.
- Recomendamos à SUPEF que estabeleça prazo para a realização de procedimentos de abertura e troca de chaves dos imóveis desocupados por parte da CAIXA.

[...]

Verificou-se que a empresa está buscando aperfeiçoar o processo de Gestão da Carteira de Imóveis e criar mecanismos de controle com o objetivo de evitar inconsistências nos sistemas utilizados pela CAIXA.

Considerando o alto índice de processos de licitações auditados, que atinge 56,76%, e perfaz 75,95% dos recursos contratados, e que a opinião da auditoria interna foi pela regularidade dos processos, não se realizou testes adicionais na área de licitações da empresa.

2.6 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

A EMGEA adota critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações e leva em consideração, que os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas com mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil pobromados, éteres denil-polibromadas em concentração acima da recomendada na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).

Quanto à aquisição de bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água, a EMGEA relatou que desde 2002, época da reforma da atual sede da empresa, contemplou a compra de produtos capazes de permitir menor consumo de energia e água e, desde então, enfatiza que mantêm suas instalações com os mencionados produtos.

Em relação à aquisição de bens e produtos recicláveis, a EMGEA utiliza, desde 2010, papel reciclado para o desenvolvimento de seus trabalhos vinculados à papelaria da empresa, como cartões de visitas, envelopes, papel ofício pastas para processos.

Outras ações adotadas pela EMGEA foram: promoção de campanhas educativas para evitar desperdício de água e energia; realização de palestras destinadas ao público interno; e veiculação de matérias em sua intranet.

A EMGEA instituiu em 2006, a Comissão para Coleta Seletiva Solidária (CCSS), com a missão de promover o uso sustentável dos insumos e recursos materiais da Empresa, com probidade e responsabilidade socioeconômico.

Quanto à separação dos resíduos recicláveis descartados e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, a empresa firmou termo de compromisso com a Cooperativa Superação, localizada no Recanto das Emas, que no exercício de 2011 recolheu o total de 2.552 (duas toneladas e quinhentos e cinquenta e dois quilos).

Portanto, pode-se concluir que a empresa está buscando, por meio de ações e boas práticas, se adequar aos parâmetros da legislação.

Cabe destacar que as instruções normativas SLTI 01/2010 e SLTI 02/2010 não se aplicam à EMGEA por se tratar de uma empresa pública, sendo que as referidas normas se restringem à Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

2.7 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

A avaliação da gestão de tecnologia da informação na EMGEA foi realizada observando cinco aspectos, quais sejam: Planejamento Estratégico de TI, Política de Segurança da Informação, Recursos Humanos de TI, Desenvolvimento e Produção de Sistemas e Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Planejamento Estratégico de TI

De acordo com o Relatório de Auditoria 017 2012, a Superintendência de Tecnologia (SUTEC) informou que o Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação (PETI) ainda não está estruturado na EMGEA, mas que está agendado para começar a sua elaboração a partir do segundo semestre de 2012.

A proposta de implantação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) foi aprovada, em 28/06/2012 pela Diretoria Executiva da EMGEA, constante do Voto DILOG 095/2012, de 26.6.2012.

Atualmente a SUTEC utiliza como plano interno das atividades de informática o plano operacional da unidade, conforme a seguir:

[...]

A SUTEC trabalha com um plano operacional que abrange as atividades de todas as suas gerências no tempo e de acordo com a sua capacidade operacional. Este plano está construído em conformidade com:

- as orientações do planejamento estratégico da EMGEA (especificamente o formulado no âmbito do PAEX),

- com as prioridades oriundas de demandas legais, corretivas ou evolutivas para sistemas novos ou em produção, e
 - com as necessidades de evolução tecnológica ou de ajuste econômico da plataforma de TIC da EMGEA, atendendo às restrições orçamentárias.
- [...]

Política de segurança

A EMGEA possui um Comitê de Política de Segurança da Informação, destinado a coordenar a política de segurança da informação da SUTEC conforme as necessidades da EMGEA.

A Política de Segurança da Informação da empresa é aplicável e acessível a todos os empregados e prestadores de serviço que utilizem a rede corporativa de dados.

A referida política aborda os temas gerais e específicos necessários ao atingimento do objetivo, tais como:

- Classificação da informação, sigilo;
- Administração de Contas e Senhas;
- Utilização de computadores, senhas e correio Eletrônico;
- Administração da rede, servidores; e
- Gestão de desenvolvimento de sistemas.

Os Planos de Contingência da Tecnologia da Informação da EMGEA, cujos procedimentos tratam de recursos e ações a serem executados pela equipe de contingência para restabelecer os servidores ou serviços da empresa foi analisado pela auditoria interna da entidade, relatório 017 2012, que verificou que os referidos planos contêm as premissas, responsabilidades e a definição da equipe de contingência.

Recursos humanos TI

A EMGEA possui 15 empregados que trabalham na área de Tecnologia da Informação da entidade. Em relação aos empregados terceirizados que atuam nas atividades de tecnologia da informação, existem 5 empregados que trabalham regularmente no ambiente da instituição.

A empresa possui também uma estrutura de 4 funções comissionadas específicas para a gestão de TI.

Desenvolvimento e produção de sistemas

A EMGEA elaborou a norma TI.NOR.045.01#C que tem como objetivo normatizar a gestão de desenvolvimento de um sistema da concepção à implantação em produção. A norma TI.NOR.009.00#C tem como objetivo regulamentar a gestão de desenvolvimento de um banco de dados em conexão com o desenvolvimento de um sistema até a entrada em produção.

As normas descrevem os responsáveis por cada etapa no desenvolvimento de sistemas e banco de dados, bem como os artefatos produzidos em cada fase. Dessa forma a empresa

possui uma metodologia de desenvolvimento de sistemas definida e adequada às necessidades da entidade.

Contratação e gestão de bens e serviços de TI

Em relação às contratações de serviços ou produtos de TI, a EMGEA firmou contrato 26/2009 com a empresa TOTVS para manutenção e atualização de versões dos sistemas da área de recursos humanos.

A auditoria interna constatou no relatório 017 2012 que no acordo de nível de serviço não existiam cláusulas que definam um prazo para que a contratada implemente as correções de problemas identificados no sistema, nem mesmo as penalidades específicas pelo não atendimento desse serviço. Tendo sido recomendado:

[...]

Que atente para que os contratos de prestação de serviços que estejam sob sua responsabilidade e afete suas atividades, contenham cláusulas específicas prevendo prazos para atendimento das demandas encaminhadas à empresa contratada, bem como penalidades para o não cumprimento desses prazos, e que para aqueles já existentes que não contenham tais cláusulas, que elas sejam incluídas por meio de termo aditivo ao contrato.

[...]

Cabe destacar que todos os contratos de produtos ou prestação de serviços da empresa devem conter cláusula de acordo de nível de serviço que contemple todos os itens necessários para a perfeita execução do objeto contratado.

Conclusão

Considerando a estrutura da empresa, em especial o que concerne ao seu porte e ao número de empregados envolvidos diretamente com TI, verificou-se a adoção de boas práticas na gestão de TI das áreas analisadas.

2.8 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

A avaliação da regularidade dos processos licitatórios e dos atos relativos à dispensa e inexigibilidade de licitação teve como objetivo analisar o contrato, modalidade, objeto e valor da contratação, e a avaliação do motivo da contratação e da fundamentação da dispensa ou inexigibilidade.

Considerando o escopo do trabalho e a materialidade da amostra selecionada pela Auditoria Interna, avaliamos os trabalhos desta unidade, cujos resultados estão apresentados no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna- Raint 2011 e no Relatório de Gestão 2011.

A auditoria interna utilizou uma amostra correspondente a 56,76% do montante total de licitações e contratações de 2011, consistindo em um exame de conformidade segundo a legislação vigente, Leis 8.666/93 e 10.520/02, e Decretos 3.931/01 e 5.450/05.

No quadro abaixo consta o montante de licitações e contratações diretas realizadas pela empresa no exercício de 2011, juntamente com valores absolutos e relativos da amostra

selecionada pela equipe de auditoria que realizou exame nessa área. Dessa forma, constam as contratações diretas por dispensa e inexigibilidade e os processos licitatórios contratados em comparação com os analisados pela Auditoria Interna:

Modalidade	Contratado		Auditado			
	Qtde	Valor no exercício	Qtde	% Qtde	Valor Auditado	% Recursos Auditados
Dispensa	60	348.009,97	29	48,33%	56.528,42	16,20%
Inexigibilidade	3	111.472,50	3	100,00%	4.207,50	3,80%
Pregão	7	924.135,16	7	100,00%	924.135,16	100,00%
Ata de registro de preço	3	271.724,00	3	100,00%	271.724,00	100,00%
Total	74	1.655.341,63	42	56,76%	1.256.595,08	75,91%

Verificou-se que todos os processos analisados pela auditoria interna encontravam-se revestidos das formalidades previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02, e Decretos 3.931/01 e 5.450/05, razão pela qual não efetuamos testes complementares.

2.9 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Realizou-se visita para verificação das cópias das Declarações de Bens e Renda de 21 colaboradores da EMGEA constantes do rol de responsáveis.

A análise documental dos processos foi realizada com a presença de dois empregados da empresa, a fim de resguardar o sigilo dos dados. Constatou-se que as declarações e autorizações estão organizadas por ordem alfabética, e encontravam-se acondicionadas em envelopes lacrados e identificados, sob a guarda da Gerência de Gestão de Pessoas.

Verificou-se a totalidade da entrega das Declarações de Bens e Renda, foram entregues 04 cópias das Declarações de Renda Pessoa Física, e 17 autorizações para acesso eletrônico às declarações no site da Receita Federal, exercício 2011, ano base 2010.

Concluímos, de acordo com as análises realizadas, que os dirigentes da EMGEA, no exercício de 2011, cumpriram as obrigações estabelecidas na lei 8.730/1993.

2.10 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

No exercício de 2011 não foram exaradas determinações ou recomendações pelo TCU à EMGEA.

2.11 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

Durante o exercício de 2011, verificou-se que foram atendidas pela EMGEA as recomendações constantes das Notas de Auditoria 246655/01 e 246655/03, relacionadas a indicadores e metas.

2.12 Ocorrência(s) com dano ou prejuízo:

Entre as análises realizadas pela equipe de auditoria, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF, 18 de setembro de 2012.

Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201203928

Exercício: 2011

Processo: 00190.014520/2012-51

Unidade Auditada: Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)

Município/UF: Brasília/DF

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art.10 da IN TCU 63/2010, praticados no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame sobre a gestão da unidade auditada.

3. Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas 201203928, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU 63/2010, constantes das folhas 02 e 03 do processo, seja pela **regularidade**.

Brasília/DF, 18 de setembro de 2012.

MÁRCIO DE AQUINO TERRA
Coordenador-Geral de Auditoria da Área Fazendária I

Parecer do Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201203928

Exercício: 2011

Processo: 00190.014520/2012-51

Unidade Auditada: Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)

Município/UF: Brasília/DF

1. Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União quanto à prestação de contas do exercício de 2011 da Unidade acima referenciada, expresso opinião sobre o desempenho e a conformidade dos atos de gestão dos agentes relacionados no rol de responsáveis, a partir dos principais registros formulados pela equipe de auditoria.
2. A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) empresa pública, de natureza não financeira, criada pelo Decreto 3.848, de 26/06/2001, tornou-se cessionária de cerca de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do antigo Sistema Financeiro de Habitação. Desde então, a EMGEA tem atuado para assegurar solidez na retomada do fluxo financeiro da carteira de contratos. No decorrer desse período, as ações da empresa orientaram-se, inicialmente, por ratificar e dar continuidade aos programas já praticados pela CAIXA. Ao final de 2011, estavam registrados cerca de 370 mil contratos de financiamento, redução equivalente a 66,90% da carteira existente em 2001.
3. Os resultados operacionais foram considerados, em geral, satisfatórios e contribuíram para o atingimento dos objetivos da empresa. As ações que tiveram resultados abaixo da meta não impactaram a gestão da entidade.
4. Os controles internos administrativos implementados na empresa vêm, de maneira geral, contribuindo na mitigação dos riscos envolvidos em suas operações visando o aprimoramento e a conformidade dos processos.
5. Destaca-se como prática administrativa positiva o Programa Parceiros para Excelência (PAEX) que resultou na implantação do Mapa Estratégico da Empresa que teve como principal objetivo a busca por resultados de médio e longo prazos, utilizando os conceitos do Balanced Scorecard (BSC).
6. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da

IN/TCU/n.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a proposta de **certificação pela regularidade** das contas dos gestores integrantes do Rol de Responsáveis.

7. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52 da Lei 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/DF, 18 de setembro de 2012.

RENILDA DE ALMEIDA MOURA
Diretora de Auditoria da Área Econômica